



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
XV Especialização em Relações Internacionais

**A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS**

**César Henrique Arrais 13/0061492**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Breda

Brasília

2014

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é empreender uma reflexão acerca das aproximações teóricas existentes entre os campos das Relações Internacionais e da Comunicação Social. Apesar de serem áreas afins, com temáticas muitas vezes convergentes, os estudos internacionalistas e midiáticos ainda carecem de pesquisas que aprofundem o conhecimento a respeito desta relação. Este texto tratará de analisar o pensamento acerca dos fenômenos midiáticos desenvolvidos no âmbito das Relações Internacionais, tanto em estudos já consolidados, como na taxonomia proposta por Eytan Gilboa, assim como nos marcos teóricos emergentes no campo: a Teoria Crítica e os Estudos Pós-Coloniais. A meta aqui é demonstrar o quão rica pode ser esta aproximação entre as duas áreas, levando-se em conta as especificidades dos meios de comunicação como ator internacional.

Palavras-chave: Mídia; Relações Internacionais; Taxonomia da Comunicação Global.

## **ABSTRACT**

The main purpose of this article is to undertake a reflection on theoretical approaches between the International Relations and Mass Communication fields. Although being related fields, often with converging subjects, internationalist and media studies are still in need of research which go deeper in the knowledge about this relation. This article will analyze the thought about the media phenomena developed within the International Relations field, both studies already consolidated, as the taxonomy proposed by Eytan Gilboa, and the theoretical emerging frameworks, like Critical Theory and the Post-Colonial Studies. The goal here is to demonstrate the richness made possible by bringing together both fields, taking into account the specificities of media as an international actor.

Keywords: Media; International Relations; Taxonomy of Global Communication.

## 1 - Introdução

Os meios de comunicação e as Relações Internacionais... essa relação, aparentemente tão óbvia, nunca chegou a conquistar de forma inapelável corações e mentes de ambos os campos acadêmicos. Não faltam motivações que alimentem as resistências: falta de interesse, foco em temáticas díspares, escassa afinidade metodológica, desconhecimento ou antipatia acerca ícones das áreas ou, simplesmente, o fato de se atribuir importância subsidiária – quando não o desprezo total – à esfera congênere.

Como aspirante a pesquisador proveniente da área de Comunicação e Sociedade, proponho-me, neste artigo, a refletir acerca das intersecções entre o campo dos *Media Studies* e das Relações Internacionais – naturalmente, procurando focalizar a perspectiva internacionalista. No mundo contemporâneo, no qual a instantaneidade e multiplicidade das informações são características pronunciadas da globalização, e onde, como assevera Hobsbawn (2013: 112), a “imprensa, onipresente e todopoderosa, co-pilotos sem volante nas mãos proclamam uma competência rival à do governo e comentam ininterruptamente seu desempenho”, é no mínimo anti-produtivo a continuidade da tibieza nas interações entre as epistemes midiática e internacionalista.

Longe de tentar demonstrar a existência de barreiras intransponíveis em tal relação, a intenção aqui é investigar o que já se propôs em termos de estudos internacionalistas acerca da influência – ou não – da mídia na área das Relações Internacionais e tratar das tendências emergentes nos marcos teóricos desta área do conhecimento com o pensamento sobre os meios de comunicação.

Como aponta Raquel Marinucci (2008: 43 e 47), estudos voltados à influência da mídia no campo internacionalista existem, mas não estão estruturados pelas categorias analíticas das Relações Internacionais; ou estão atrelados a correntes marginais – como a Teoria Crítica, os Estudos de Gênero e os Estudos Pós-Coloniais, os dois últimos centrados na questão representação de minorias ou grupos marginalizados, portanto essencialmente ligados ao aparato material da cultura, que tem na mídia seu representante mais evidente.

O acadêmico israelense Eytan Gilboa (2002:732) vai mais a fundo na controvérsia:

*Scholars have conducted considerable research on communication aspects of only a few international and global phenomena. Those includes uses of force, such as war, terrorism, and military intervention, and coverage of foreign affairs in various media. Researchers, however, have not sufficiently studied the media's roles and effects on the conduct of foreign policy and diplomacy, and they have given even less attention to the emerging significant roles and effects of global communication. Scholars studying foreign policy making often ignore the roles and effects of the media in the public opinion, and their colleagues in communication often ignore foreign policy in studies of roles and effects. The literature on media and foreign policy is both diverse and dispersed, whereas the scope and depth of studies focusing on the global media and foreign policy are even more limited.*

Ou seja, os estudos das relações entre a mídia e o internacionalismo não se desenvolveram o suficiente para se conceituar as características dos meios de comunicação enquanto ator internacional. O que indica que o campo tem muito a evoluir e, com isso, contribuir para a reflexão acerca das Relações Internacionais. Ainda que de forma incipiente, este é o objetivo do presente artigo.

## **2 – Panorama Histórico**

Cabe evidenciar alguns aspectos históricos que demonstram a relevância de se aprofundar as relações entre mídia e internacionalismo. O Congresso de Viena de 1815, que realinhou a ordem geopolítica europeia com o fim das Guerras Napoleônicas, como aponta Cervo (2008:41), é o marco inicial da construção das relações internacionais contemporâneas. Tal concertação, capitaneada por Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia, configurou a chamada “sociedade internacional europeia”, dando vazão aos impulsos econômicos e políticos alimentados pela Revolução Industrial, que, à época, se consolidava e permitira uma projeção ainda mais incisiva da Europa sobre o restante do planeta (Ibdem).

Foi sob a égide da sociedade de Viena, que vigorou até a década de 1870, quando do surgimento do Império Alemão – o que provocou um novo rearranjo na concertação europeia – que a moderna indústria de mídia prosperou, tanto em termos técnicos como enquanto negócio, dando os passos iniciais para se transformar no colosso onipresente que hoje conhecemos. Ainda na primeira metade do século XIX, havia surgido o modelo de serviço jornalístico que iria revolucionar a maneira com que as pessoas se informariam sobre assuntos domésticos e, sobretudo, internacionais: as agências de notícias.

Embrião da Agência *France Presse*, a Agência *Havas* foi criada em 1835 em Paris, formando uma rede de correspondentes estrangeiros e se utilizando dos trens e dos pombos-correios para receber informações e transmitir seu noticiário pela Europa.<sup>1</sup>

Em 1846, a partir da junção de esforços e estruturas de cinco jornais novaiorquinos, foi criada a *Associated Press* (AP). Sua missão inicial era levar à população norte-americana notícias acerca da guerra contra o México (1848-1846).<sup>2</sup>

Já no começo da segunda metade do século XIX, em 1851, o imigrante alemão Julius Reuters fundou a Agência *Reuters* para transmitir noticiário acerca das cotações da Bolsa de Valores londrina para a área continental europeia.<sup>3</sup>

A *Reuters* foi a primeira empresa jornalística a tirar proveito da então inovação tecnológica que alterou radicalmente a forma de transmissão de dados e informações: o cabo telegráfico submarino. O primeiro a ser implantado, entre Dover (RU) e Calais (França), já servia para a *Reuters* transmitir seu noticiário e receber informações de seus correspondentes. “Siga o cabo”, era a máxima de Julius Reuters. Com a instalação do cabo telegráfico submarino entre os Estados Unidos e a Inglaterra a partir de 1958, o serviço de venda de notícias internacionais não parou mais de crescer.

Ainda sob a concertação de Viena, houve a ascensão de outra inovação tecnológica que viria a perverter a percepção que temos de nós mesmos e do espaço – além de influenciar decisivamente os rumos das artes plásticas. Era a fotografia, “a physical and chemical process which gives Nature the ability to reproduce herself”, como definiu seu inventor, Louis Daguerre, ao apresentar a novidade em Paris, em 1839 (Apud Barsam, 1992:9). Seu efeito realístico sem precedentes e a possibilidade de reprodução em larga escala fizeram com que a fotografia logo fosse adotada pela imprensa, o que popularizou e fortaleceu ainda mais a indústria midiática.

Foi em 1895, com a invenção do cinema pelos irmãos Lumière, que a indústria de mídia deu mais um salto decisivo, que alimentaria uma onda de sucessivas inovações tecnológicas. Numa época de furor realista e positivista, auge do cientificismo iluminista, o surgimento do cinema proporcionou ao público a experiência de simultaneidade com o tempo presente em função de representar o movimento em si (Ibdem, 1992:6).

---

<sup>1</sup> Cf. em <http://www.afp.com/pt/agencia/afp-em-datas/>

<sup>2</sup> Cf. em <http://www.ap.org/company/history/ap-history>

<sup>3</sup> Cf. em <http://thomsonreuters.com/about-us/company-history/>

O tremendo impacto do surgimento do audiovisual logo foi apropriado pelos estados nacionais, que viram na linguagem cinematográfica uma arma fundamental para legitimar suas políticas, sobretudo as belicistas, junto ao público interno e para projetar-se no âmbito internacional. Experiência pioneira neste sentido deu-se durante a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha pelo controle de Cuba, em 1898. De acordo com Richard Barsam, boa parte das cenas de combate, como a tomada do Monte San Juan, foram reencenadas em estúdio e apresentadas como verdadeiras, tudo com vistas à potencialização do efeito dramático e, conseqüentemente, o poder de persuasão do filme perante o público norte-americano (Barsam, 1992: 31 e 32).

O sucesso da estratégia norte-americana incentivou uma verdadeira escalada de produções não-ficcionais de viés político, conhecidas como cinejornais ou *actualités*. Tal movimento atingiu seu auge durante a I Guerra Mundial, quando os aliados EUA, França e Reino Unido utilizaram-se ostensivamente do audiovisual para informar e fortalecer o moral de suas populações. Às precárias captações no campo de batalha somavam-se produções em estúdio que dramatizavam o embate, mostrando o heroísmo das tropas aliadas e a iniquidade dos alemães – principal nação do Eixo, no qual também lutava a Itália, a Turquia e o Império Austro-Húngaro. Sanders e Taylor descreveram a estratégia (Apud Barsam, 1992: 33):

*The use of films and photographs for propaganda purposes provided an "illusion of reality" at a time when it was generally believed that the camera could not lie. (...) rarely pictures of Allied dead, although dead Germans did feature more often. Only Allied troops in action or Allied victories were exhibited. (...) The intention of portraying high morale was obvious, namely to convince the civilian population at home, in allied and Imperial countries that their efforts were worthwhile and producing visible effects at the front line.*

Já no final da guerra, o general alemão Erich Ludendorff escreveu em seu diário: "The war has demonstrated the superiority of the photograph and film as means of information and persuasion. Unfortunately, our enemies have used their great advantage over us in this field so thoroughly that they inflicted a great deal damage" (Apud Barsam, 1992:37). O fato é que a I Guerra Mundial foi fundamental para consolidar a produção de não-ficções, já que estimulou a criação de diversos órgãos estatais e de fundações que passaram a financiar esse tipo de cinematografia, colaborando decisivamente para o seu desenvolvimento.

Não à toa a questão do uso ostensivo dos meios de comunicação foi tratada como prioridade pelo *Reich* às vésperas da II Guerra Mundial, tendo o jornalista Joseph Goebbels, no comando do Ministério da Propaganda, elaborado uma

minuciosa campanha midiática tanto para elevar o moral dos alemães – abatido desde o tratado de Versailles –, como para estigmatizar ainda mais a população judia, inclusive financiando a produção de filmes antisemitas.<sup>4</sup>

O uso sem precedentes da máquina midiática para mobilizar a população alemã está no cerne do pensamento elaborado pelos filósofos da Escola de Frankfurt – boa parte deles judeus – o que culminou na pessimista e apocalíptica Teoria Crítica, que questiona ferozmente o positivismo cientificista herdeiro do Iluminismo e o papel dos meios de comunicação como forma de adestrar a população conforme os interesses de ocasião dos Estados e dos grupos a eles ligados. Um dos marcos epistemológicos emergentes no campo das Relações Internacionais, a Teoria Crítica será tratada posteriormente.

A máquina de propaganda se aperfeiçoou de tal maneira durante a II Guerra Mundial que o período seguinte, o da Guerra Fria, teve no uso dos meios de comunicação, estatais e privados, uma de suas estratégias proeminentes. Tanto assim que, segundo Rafael Santos de Oliveira (2010: 153 e 154), foi nesse interim que se sistematizaram os primeiros estudos acerca do uso da mídia com fins políticos no plano internacional, sendo os sociólogos Walter Lippmann e Harold Lasswell os pesquisadores pioneiros neste sentido ao analisarem os efeitos do rádio sobre a opinião pública norte-americana.

Em 1953, Leo Lowenthal, em artigo publicado na revista *Public Opinion Quarterly*, anunciava a nascimento da “nova disciplina da comunicação internacional” (Apud Oliveira, 2010: 154). Lowenthal sustentara que este campo de estudo seria um instrumento primordial na guerra psicológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Outro autor do período, Alex Inkeles, defendera que, no contexto da Guerra Fria, “a arma passa a ser a propaganda e o campo de batalha os canais de comunicação internacional”(Ibdem).

Como observa ainda Oliveira, a tal nova disciplina era de difícil conceituação por parte dos pesquisadores, devido à amplitude de definições possíveis tanto do termo “comunicação” como do “política”, o que tornava complicado o delineamento de um campo específico de estudos. “Por tal razão, os primeiros conceitos foram

---

<sup>4</sup> Exemplo emblemático nesse sentido é o filme *O Judeu Süß* (*Jud Süß*, Veit Harlan, Alemanha, 1940, 98 min), que contou com a interferência direta do ministro da Propaganda Nazista, Joseph Goebbels, em sua produção. A obra procurava reforçar dois estereótipos judeus: o do subumano confinado ao guetto e do depravado que pratica a usura na busca desenfreada por lucros (Ferro, 2010: 133 e 134). Outros exemplos de filmes que atacavam a imagem dos judeus são: *Robert und Bertram* (Hans Zerlett, Alemanha, 1939), *Die Rothschilds. Aktien auf Waterloo* (Erich Waschneck, Alemanha, 1940, 97 min) e *Der Ewige Jude* (Fritz Hippler, Alemanha, 1940, 62 min) (Shaheen, 2009: 11).

estabelecidos no sentido de considerar a comunicação política internacional como sendo o uso da comunicação por Estados nacionais, afim de influenciar o comportamento político do povo em outros estados nacionais” (Ibdem).

Essa conceituação, senão falha, é ao menos incompleta. A Guerra do Vietnã (1964-1975) deixou patente que a mídia nem sempre vai estar estritamente aliada ao Estado, por mais que este se encarregue de prover as condições para o trabalho da imprensa no campo de batalha. Apesar das tentativas de controle acerca do que era noticiado, as imagens terríveis do massacre de civis, bem como da mortandade de soldados dos EUA numa guerra que carecia de sentido para boa parte da população, fez com que o apoio ao combate se esvaísse – o que acabou sendo decisivo para consumir o fracasso no sudeste asiático. “Many government leaders still believe that negative television coverage caused the American defeat in Vietnam. Since then, many have viewed the media as enemies to the government policies, including humanitarian intervention and international negotiation” (Gilboa, 2002: 735).

Já na década de 1990, a ascensão das emissoras especializadas em jornalismo com transmissão 24h, as chamadas *all-news*, que têm no canal CNN sua expressão pioneira, mudaram mais uma vez a dinâmica das interações entre a mídia e as relações internacionais. O impacto da CNN na cobertura da Guerra do Golfo (1990-1991), transmitindo ao vivo os combates, numa linguagem televisiva que mais lembrava a dos seriados de ação, levou a uma reconsideração radical acerca da influência midiática nas políticas externas. O então secretário-geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, chegou a se queixar publicamente que a CNN era “the sixteenth member of the Security Council” (Minear, Scott & Weiss, apud Gilboa, 2002: 734).

A relevância da cobertura *all-news* em escala global levou a conceituação de uma teoria como *CNN Effect*, uma formulação que superestima a influência da mídia – até por considerá-la completamente independente – em função de “(it) claims that in the international crisis situation global television has become the dominating actor in the conduct of foreign policy, replacing elected and appointed policy makers.” (Ibdem: 732). A questão do *CNN Effect* será abordada mais à frente.

Por fim, nesse *tour d’horizon* histórico, cabe abordar ainda o papel da mídia no período após atentados de terroristas de 11 de setembro de 2001. Se no caso do Vietnã a mídia foi considerada inimiga, no caso do Afeganistão (2001) e, sobretudo, na invasão do Iraque (2003), os meios de comunicação foram aliados de primeira hora. A mídia dos Estados Unidos e do Reino Unido – bem como seus congêneres



ocidentais – tiveram papel ativo na estratégia de guerra. Primeiro, endossando acriticamente a tese das armas de destruição em massa sob domínio de Saddam Hussein. Também por “forçar a barra” na criação de conexões simbólicas entre o ditador iraquiano e a rede terrorista *Al Qaeda*, alimentando no público a crença de que a ação anglo-americana seria uma resposta ao trauma de 11 de setembro de 2001.

Como diz o veterano repórter australiano John Pilger, autor do avassalador documentário *The War you don't see* (UK, 2010, 97 min)<sup>5</sup>, a mídia criou toda uma atmosfera favorável à invasão, não apenas cumprindo seu papel ontológico de informar, mas, principalmente, ao “desinformar” e confundir a opinião pública. O célebre e influente jornal *The New York Times* chegou a publicar editorial “Weapons of mass destruction? Or mass distraction?”<sup>6</sup>, um ano após o início da invasão ao Iraque, para pedir desculpas aos seus leitores por ter corroborado a fraude articulada pelos serviços de inteligência dos EUA e do Reino Unido.

Além de legitimar o conflito em sua fase de preparação, a mídia participou ativamente no apoio já no front de batalha. “Um novo vocábulo invadiu o vocabulário da mídia na invasão do Iraque: *embedded* (inserido)”, lembra Pilger no supracitado documentário. No mesmo filme, o assistente do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Bryan Whitmas, confirma que cerca de 700 repórteres atuaram como *embedded*. Tais jornalistas “vestiram a camisa” e abandonaram qualquer distanciamento crítico para fazer suas reportagens. Mais pareciam partícipes do conflito. Nos estúdios das sedes das emissoras, âncoras e comentaristas debatiam a guerra tal como fosse um jogo de futebol, inclusive revelando suas preferências em termos de equipamentos militares.

Os que não se enquadravam no esquema *embedded* tinham dificultado seu acesso à informação - no extremo, eram encarados como inimigos. Vale ressaltar que o escritório da rede de TV *Al Jazeera*, de origem qatari, foi atacado em 2001 em Cabul, no Afeganistão, e em 2003 em Bagdá, no Iraque.

Este histórico tratando das relações entre a mídia e o internacionalismo demonstram o quão antigas são essas conexões. Por esta razão, merecem estudos especializados que joguem luz no papel e nas especificidades dos meios de

---

<sup>5</sup> Cf. em <http://www.youtube.com/watch?v=Bh0fjdU3Jp>

<sup>6</sup>Cf. em <http://www.nytimes.com/2004/05/30/weekinreview/the-public-editor-weapons-of-mass-destruction-or-mass-distraction.html>

comunicação na condução das políticas externas dos Estados e na dinâmica da geopolítica global.

### 3 – A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como já apontado, a questão da influência da mídia na geopolítica internacional não foi totalmente ignorada ao longo das décadas pela academia. Entretanto, uma certa má vontade, e até um certo radicalismo, têm sido empecilho para a análise mais cuidadosa acerca do real papel dos meios de comunicação na dinâmica das Relações Internacionais, sobretudo na caracterização das especificidades da mídia na qualidade de ator internacional.

Marinucci (2008:45) lembra que um dos primeiros manuais de Relações Internacionais a serem lançados em língua portuguesa – *Relações Internacionais: o enfoque do formulador de políticas*, de Robert Wendzel, original de 1977 e publicado no Brasil em 1985 – trazia um tópico sobre a mídia no qual era caracterizada como um instrumento de *soft power* – “the ability to achieve desired outcomes in the international affairs through attraction rather than coercion” (Nye e Owens, apud Gilboa, 2002: 731).

“No século XX, a revolução na comunicação exerceu grande influência na conduta das Relações Internacionais”, pontua Wendzel em sua obra (Apud Marinucci, 2008: 45 e 46). O autor, segundo Marinucci, assevera que a mídia serve como “arma” na propagação de ideias de um país, manipulando dados na projeção de sua imagem no exterior, mesclando verdades e mentiras, em conformidade com o paradigma realista de que a política internacional é essencialmente um jogo de forças.

Entretanto, apesar de reconhecer a importância dos meios de comunicação, sobretudo para a difusão de propaganda, e de reconhecer que os Estados Unidos se viram fragilizados durante a Guerra do Vietnã por perderem a luta pela conquista da opinião pública norte-americana, Wendzel ressalta que o papel da comunicação não deve ser supervalorizado na formulação da política externa, já que o grande público não teria maiores interesses pelas questões internacionais devido ao impacto limitado que tais temas teriam em sua vida cotidiana. Quando muito, buscaria informações junto aos formuladores políticos para se orientar.

Marinucci (Ibidem: 46 e 47) critica a pobreza da análise:

Não há qualquer referência ao modo como a opinião pública é construída, quais os instrumentos utilizados, como a população se relaciona com os conteúdos, quem são os proprietários dos veículos de informação e quais os mecanismos de difusão (...) Fica então a sensação de que a mídia não precisa ser estudada no âmbito da formulação da política externa, pois seu papel é bastante pontual e simplório: ou serve como manipulação dos governos no cenário internacional, por meio da propaganda; ou serve para legitimar os assuntos internacionais junto à população doméstica, já pouco interessada na política interna e ainda mais distante da política internacional.

A autora aponta a antipatia para com pensadores comunicacionais como outra das motivações para os estudos de mídia não despertarem maiores interesses dos acadêmicos internacionalistas. Como exemplo, Marinucci cita o suposto radicalismo do linguista e filósofo Noam Chomsky, crítico ferrenho da política externa norte-americana e que atribui papel central aos meios de comunicação não apenas como instrumento de propaganda, mas como de deliberada manipulação.

Em seu clássico *Manufacturing Consent*, de 1988, Chomsky, junto de Edward Hernan, foca sua análise nos fatores estruturais que condicionam e determinam a produção da notícia, sobretudo as relações entre os meios de comunicação e os interesses políticos e econômicos. De acordo com Marinucci (2008:49), “eles procuram entender as forças que moldam o que a mídia faz, destacando o caráter corporativo e sua simbiose com a política econômica, especialmente em tempos de globalização e de grandes empreendimentos tecnológicos transnacionais.”

Embora de uma riqueza analítica incontestável, a obra de Chomsky não é tida como referência na área internacionalista. Afinal, o engajamento ativista contra a política externa Estados Unidos – berço e principal polo de produção acadêmica das Relações Internacionais – conspira contra o autor.

Afora visões extremadas, existe um pensamento analítico mais equilibrado acerca do papel da mídia na epistemologia das Relações Internacionais. Coube ao pesquisador israelense Eytan Gilboa consolidar boa parte da produção científica sobre o tema, sistematizando-a no que ele chamou de taxonomia da comunicação global.

### **3.1 – Taxonomia da Comunicação Global**

O artigo seminal “Global Communication and Foreign Policy”, escrito por Eytan Gilboa em 2002, permanece como referencial incontestável para os estudiosos dos efeitos dos meios de comunicação na geopolítica contemporânea. Para o pesquisador,

o uso da mídia “is increasingly supplementing military and economic Power” (2002: 731).

Diferentemente de Wendzel, a análise de Gilboa se dá num período posterior à ascensão das redes de TV *all-news* e da internet. Não à toa, o pesquisador israelense é taxativo ao afirmar que “The communication and information revolution of the 20th century have fundamentally and irreversibly changed the meaning of power in international relations, the making of policy in defense and foreign affairs, and the conduct of diplomacy” (Ibdem).

Gilboa desenvolveu uma taxonomia para classificar estudos que asseveram, em menor ou maior escala, a influência da mídia na política internacional. Para tanto, mais do que um simples papel subsidiário, o pesquisador atribui função de ator internacional aos meios de comunicação em conformidade com os quatro postulados teóricos que usa em sua categorização (Ibdem: 733):

- **Ator controlador**, conceituado a partir da teoria *CNN Effect*, entende que a influência dos meios é tamanha que chegam a substituir os atores políticos tradicionais;
- **Ator constrangedor**, tem como marco teórico a concepção de *Real-time policy*, postula que a mídia é um entre os diferentes atores a influenciar a formulação de políticas externas;
- **Ator interventor**, baseado no conceito de *International political brokerage*, algo como facilitador político internacional, atribui a capacidade de mediação a influentes jornalistas, que se tornariam parte desinteressada em negociações entre estados e organizações;
- **Ator instrumental**, atribui à mídia o papel de arena internacional, instrumento ao qual os demais atores internacionais recorrem para avançar em negociações complicadas e, por meio dele, mobilizar o apoio público para a obtenção de acordos. Seu conceito-chave é o de *Media Diplomacy*.

### 3.1.1 – O *CNN Effect*

A Teoria do *CNN Effect* rivaliza com o já mencionado pensamento de Chomsky na atribuição de proeminência aos meios de comunicação na dinâmica política internacional. Mas, diferentemente do filósofo norte-americano, que vê na mídia uma aliada de primeira ordem dos poderes políticos e econômicos na construção de consensos públicos, o *CNN Effect* confere aos meios um protagonismo que supõe uma independência quase que total frente aos demais atores internacionais, o que lhe legitimaria para ditar os rumos das relações internacionais.

Como aponta Gilboa (2002:733), o *CNN Effect* sugere que a televisão, em especial as redes de TV *all-news*, com sua cobertura ininterrupta de grandes eventos e fatos internacionais, além da onipresença em tempo real na casa das pessoas, “has become a direct and perhaps even dominant actor in the formulation of policies in defense and foreign affairs.”

O marco inicial da predominância das TVs *all-news* na cena internacional foi a cobertura da repressão do regime comunista chinês ao protesto estudantil na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen Square*) em Pequim, em junho de 1989. Emissoras como a CNN e a BBC estavam instaladas na capital chinesa para acompanhar a visita ao país do então presidente soviético, Mikhail Gorbachev, e puderam cobrir de perto a truculência com a qual a manifestação, que reunia cerca de cem mil pessoas – na maioria estudantes e intelectuais protestando contra a corrupção e a opressão do regime -, foi dispersada.

Mas foi na Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991, que o tal *CNN Effect* atingiu seu auge. A chamada Guerra Eletrônica, transmitida em tempo real, com um verdadeiro exército de correspondentes em campo, levou o então presidente norte-americano George H. W. Bush a declarar que obtinha mais informações relevantes da CNN do que da CIA (Ibdem: 737). Após a Guerra do Golfo, outros conflitos regionais ou crises humanitárias, como na Somália, na Bósnia e na Chechênia, foram igualmente transmitidos com todo o aparato cada vez mais sofisticado e de maior alcance das *all-news*, o que levou muitos especialistas à conclusão de que os oficiais “loss of policy control to global television, as if leaders no longer make decisions on the basis of interests but rather are driven by emotional public opinion aroused by television coverage” (Ibdem, 734).

Tal concepção, de acordo com Oliveira (2010: 163 e 164), é defendida por Nick Gowing, que sustenta que “uma cobertura crítica pela TV diante de alguma ação ou inação governamental pode causar mudanças por completo na política (...) a cobertura em tempo real não só cria a exigência de que algo precisa ser feito, como também orienta a elaboração da política externa”. Ainda segundo essa perspectiva, em momentos agudos, de pânico político ou crises inesperadas, essa influência se acentuaria.

Gilboa (2002:734) vê resultados “mixed, contradictory, and confusing results” nas pesquisas que procuram aplicar o *CNN Effect*. Ele cita os estudos de Steven Livingston e Todd Eachus, que concluíram que a intervenção humanitária na Somália

“was result of diplomatic and bureaucratic operations, with news coverage coming in response to those decisions.”

É evidente que o sucesso da CNN – e do canal *all-news* da BBC, em menor escala – nas grandes coberturas dos anos 1990 contribuiu para que muitos pesquisadores vissem um protagonismo, possivelmente, exagerado no papel dos meios de comunicação. Gilboa (2002:736) acredita que a teoria do *CNN Effect* está no polo oposto ao conceito de *Manufactory Consent* de Noam Chomsky. Se os meios não estão totalmente a serviço dos poderes político-econômico-militar, já que têm interesses e objetivos próprios, também não há como ser taxativo a ponto de acreditar que questões puramente éticas e jornalísticas direcionem as coberturas das empresas de mídia. Muitos menos que tais iniciativas estejam se sobrepondo ao papel típico dos agentes de política externa.

Gilboa sugere que muitos dos estudos que procuraram atestar a validade da Teoria do *CNN Effect* “had to be operationalized in a very narrow way” (Ibdem: 735) e que outros tantos lançaram dúvidas sobre a assertiva de que diplomatas e oficiais de governo estariam perdendo poder para a mídia. If a government wants to intervene, it may need global coverage of atrocities to justify its policy, but usually coverage alone is insufficient to impose intervention on policy makers” (Ibdem).

Por outro lado, o autor destaca que a noção de “ator controlador” não é sempre inválida. Para tanto, segundo ele, uma solução seria combinar a Teoria do *CNN Effect* a marcos teóricos já consagrados no campo da Comunicação Social (Ibdem). Uma dessas possibilidades é a teoria da *Agenda-Setting*.

### **3.1.2 – O *CNN Effect* e a hipótese da *Agenda-Setting***

A hipótese da *Agenda-Setting* é uma das tendências mais profícuas no campo da Comunicação, sendo desenvolvida desde os anos 1970 na academia norte-americana. Donald Shaw, um dos formuladores do conceito, postula que a mídia não é capaz – pelo menos como se imagina – de persuadir diretamente o público. A influência se daria de uma maneira mais sutil: “Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir” (Apud Wolf, 2003: 143).

Outro norte-americano, Bernard Cohen, pesquisador que associou a influência da mídia à política externa, conseguiu definir os efeitos do *Agenda-Setting* antes

mesmo do termo ser conceituado ao, ainda em 1963, sustentar que “a imprensa pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado, ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa”(Apud Wolf, *Ibidem*: 144). Para refinar o conceito, vale retornar a Shaw.

... em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo (*Ibidem*).

É a partir da aplicação da hipótese da *agenda-setting* que autores como Jonathan Mermin, Steven Livingston e Todd Eachus, já no final dos anos 1990, revitalizaram a Teoria do *CNN Effect* (Oliveira, 2010: 161). Tais pesquisadores relativizam o impacto das coberturas midiáticas na condução de políticas externas, minimizando o protagonismo exacerbado enxergado por outros acadêmicos, ao definir o *CNN Effect* como “capacidade de a mídia influenciar a decisão política de tomada de decisões” (*Ibidem*).

Ao enfatizarem o poder de controlar a agenda de discussões acerca dos assuntos internacionais, tais autores rejeitam a premissa dominante entre os antigos estudiosos do *CNN Effect* de que a mídia, enquanto ator externo, teria uma atuação independente do poder político-econômico e, por isso, seria capaz até de suplantá-lo. Portanto, chamam a atenção para a necessidade das análises levarem em consideração, e até priorizarem, os atores que controlam essa capacidade de agendamento dos meios de comunicação: “... na medida em que a política externa é reativa ao conteúdo da notícia, as principais decisões feitas são aquelas realizadas pelos repórteres, produtores e editores” (Apud Oliveira, 2010: 161 e 162). Além disso, há de se acrescentar outros atores cada vez mais influentes nas políticas editoriais dos meios de comunicação: diretores de marketing, anunciantes publicitários e, evidentemente, os proprietários das empresas.

A junção entre a concepção do *CNN Effect*, surgida no campo das Relações Internacionais, com a de *Agenda-Setting*, desenvolvida entre os teóricos da comunicação, torna a aplicação daquela mais factível e com resultados mais auspiciosos. Como pontua Oliveira (2010: 168), a influência midiática nas ações de política externa seria indireta – o que não faz dela menos efetiva –, e seus efeitos se dariam, sobretudo, por este agendamento ocorrer entre os próprios meios de

comunicação, dos maiores para os menores, da periferia para o centro, resultando num bombardeamento do noticiário sobre o público e, em consequência, mobilizando as autoridades.

Maxwell McCombs, um dos pioneiros nos estudos sobre o *agenda-setting*, credita a entrada de temas como aquecimento global e desenvolvimento sustentável na esfera geopolítica internacional à cobertura midiática massiva sobre tais questões a partir de meados dos anos 1980. Para McCombs, foi o poder midiático de agendamento que tornou a questão ambiental quase que um consenso na opinião pública internacional (Apud Oliveira, 2010: 168).

Outro aspecto levantado por McCombs é a capacidade da mídia de não apenas agendar, mas de preparar o público para a execução de políticas externas futuras. O autor ressalta que a cobertura poderia levar a população a direcionar iniciativas governamentais como intervenções bélicas e ajudas humanitárias (Ibidem: 171). Entretanto, há de se considerar o efeito oposto: o Estado, por meio da indústria midiática, preparar o público para suas ações, conseguindo angariar apoio e engajamento. O já citado caso de preparação para a invasão do Iraque em 2003 ilustra bem este procedimento.

Além disso, uma outra assertiva levantada pelo autor lembra que o efeito de *Agenda-Setting* – logo, também o *CNN Effect* – não diminuiu com a ascensão e proliferação da internet, com toda a sorte de canais de comunicação ligadas à ela, como os *blogs* e as mídias sociais. Não há dúvidas de que a *web* proporcionou o acesso sem precedentes a uma diversidade quase infinita de informações e opiniões. Mas, como já dito, o resultado do *Agenda-Setting* não se refere sobre **como** as pessoas devem pensar, e sim **sobre o quê** pensam, debatem e refletem. Nesse sentido, o poder de agendamento dos meios de comunicação centrais e mais poderoso continua fortíssimo – não importa o fato de que pontos de vista antagônicos a eles se disseminem quase que instantaneamente.

### 3.1.3 – O *Real-Time Policy*

A classificação de ator constrangedor, baseada no conceito de *Real-Time Policy*, é também tributária da ascensão e onipresença das emissoras de TV *all-news* a partir dos anos 1990, mas sem postular o mesmo protagonismo da versão clássica do *CNN Effect*. A premissa aqui é a de que, ainda que a mídia não controle, ela tem o



poder de intervir decisivamente em diferentes aspectos da formulação da política externa e, mais ainda, da diplomacia.

George Gerbner define o tal papel constrangedor da seguinte maneira:

*Constraining means that whereas global news coverage may disrupt the routine policy-making process, primarily the work of professional bureaucracy, and whereas leaders may have to reorder priorities, they Don't feel forced to follow a particular policy called for by the media or implied by coverage. Global communication constrains the policy process primarily through the high speed of broadcasting and transmitting information (Apud Gilboa, 2002: 736).*

Gilboa sustenta que a revolução nas comunicações e na transmissão de informação erodiu o monopólio de procedimentos de política externa que, outrora, pertenciam aos diplomatas e burocratas de estados, tais como: representar seus países, comunicar as posições de seu governo, negociar e concluir acordos. A velocidade com que as notícias são difundidas ao longo de todo o planeta tornando obsoletas as tradicionais práticas diplomáticas.

A teoria do *Real-Time Policy* postula que as negociações entre chefes de estado e ministros acontecem diretamente, em segredo ou de forma pública, entre as próprias partes, por meio de encontros e visitas oficiais e extraoficiais, mas também via comunicação de massa e interpessoal (2002:736). Logo, os noticiários, dada sua velocidade, ganharam relevância cada vez maior nas avaliações de conjuntura dos formuladores de política externa, sobretudo nos momentos de crise.

De acordo com Gilboa (2002:736), “Valuable information, observations, and suggestions from overseas diplomatic and intelligence sources may no longer arrive in time to have the desired influence on decisions, and when information does arrive in time, it can hardly compete with dramatic televised images and ongoing reportage of crises and foreign policy issues.”

O autor israelense aponta alguns episódios dos anos 1990 nos quais as coberturas midiáticas acabaram substituindo embaixadores e especialistas como fonte de informações críticas e de avaliação sobre o que acontecia no mundo. Um deles foi o já abordado massacre da Praça da Paz Celestial em Pequim, em 1989. Marlin Fritzwalter, secretário de imprensa do então presidente George H. W. Bush, asseverou que as respostas do governo norte-americano ao incidente foram mais influenciadas pela cobertura televisiva do que pelos relatórios da embaixada na capital chinesa (Ibdem:737).

Novamente, foi na Guerra do Golfo (1990-1991) que a tal *Real-Time Diplomacy* teria funcionado de forma mais decisiva, inclusive com os líderes envolvidos no conflito usando as coberturas dos canais *all-news* para transmitir seus recados a aliados e adversários – numa substituição clara das mensagens diplomáticas. Tanto Saddam Hussein, ao propor um plano de paz que depois foi desmascarado como um blefe, como Bush, ao revelar às 26 nações aliadas contra o ditador árabe as posições da Casa Branca, pronunciaram-se oficialmente por meio da CNN. Até o *ultimatum* proferido pelo secretário de Estado, James Baker, teve a CNN, e não a embaixada em Bagdá, como canal.

Walter Wriston acredita que a Guerra do Iraque inaugurou um novo papel da mídia, que teve em si confiada a tarefa de transmitir uma mensagem diplomática a todo o mundo. Mais que isso, tal atitude tornou-se cada vez mais comum, não apenas entre chefes de estado, mas entre grupos de interesse de todo tipo, desde militantes de direitos humanos até organizações terroristas. “Pela primeira vez na história, ricos e pobres, norte e sul, leste e oeste, a cidade e o campo estão ligadas em uma rede global eletrônica de imagens compartilhadas em tempo real. Ideias se movem através das fronteiras como se elas não existissem” (Wriston, apud Oliveira, 2010: 173). Há de se lembrar que tal fenômeno se acentuou de forma exponencial a partir da ascensão da internet e do advento das redes sociais.

Tanto Gilboa como Wriston acreditam que a comunicação globalizada, em tempo real e onipresente, acabou por erodir parte expressiva das funções e do poder dos tradicionais formuladores de política externa. O que não é necessariamente positivo, pois cria um dilema levantado ainda em 1993 por Michael Beschloss: a velocidade na transmissão das informações pode forçar respostas apressadas baseadas na intuição em vez de cuidadosas e extensivas deliberações, e isso pode conduzir a perigosos erros políticos (Apud Gilboa, 2002: 737).

This argument points to a difficult dilemma political leaders often face: IF they respond immediately without take time to carefully consider policy options, they may make a mistake. If, however, they insist they need more time to think (...), they create the impression, both at home and abroad, of confusion or losing control over events (Ibdem).

Dilema semelhante é aplicado aos atores tradicionais de política externa: como competir com a informação em tempo real da mídia, com suas imagens impactantes, sem comprometer os padrões tradicionais de análise e recomendações. Tal questionamento enseja uma outra reflexão pertinente: estão os jornalistas, e os meios

onde trabalham, devidamente capacitados para influenciarem de modo tão decisivo na formulação de políticas eternas? Este tema será abordado no tópico a seguir.

### 3.1.4 – *Gatekeepers, Newsmaking* e a questão da independência dos jornalistas

Ao tratar da pressão por rapidez sofrida por diplomatas e oficiais na área de política externa, Gilboa atenta para o fato de que a produção de relatórios de maneira açodada e baseada em informações incompletas pode levar a recomendações políticas ruins. Por outro lado, se tais atores tiverem tempo suficiente para integrar informações e ideias de variadas fontes e, conseqüentemente, produzir relatórios e recomendações profundas e confiáveis, é provável que se tornem irrelevantes, dado que os formuladores políticos têm de dar respostas imediatas às pressões e desafios emanados pela cobertura televisiva (2002: 738).

Em função disso, o pesquisador israelense destaca a imensa responsabilidade que pesa sobre os ombros dos jornalistas que trabalham nas coberturas de eventos, crises políticas, conflitos e tragédias humanitárias em nível internacional. Afinal, não se espera deles apenas a descrição dos fatos, mas que sejam capazes de entendê-los e explicá-los. Sobre a questão, Gilboa assevera:

*Due to technological advances, it is possible today to carry in a few suitcases all the equipment needed to broadcast, and it takes only minutes to prepare for live reporting. Yet, fast reporting may be incomplete at Best and very inaccurate at worst. The global all-news television networks apply pressure on their correspondents to file reporters as soon as they arrive in a relevant location. Often, reporters may be able to transmit pictures, but may not know the context and meaning of events and Don't have time to absorb, reflect, and explain what they see. Consequently, reports may be incomplete, distorted and even misleading, and leaders who watch them, believing they are complete and accurate and using them as their principal source of information, may adopt wrong policies (Ibdem).*

Mas a pressão por rapidez está longe de ser a única circunstância a, potencialmente, comprometer a qualidade do trabalho jornalístico de um correspondente internacional, levando a percepções errôneas acerca dos fatos tanto a audiência quanto os formuladores de políticas – não esquecendo que estes últimos podem se beneficiar da desinformação midiática, e até estimulá-la, em função de interesses estratégicos que demandem a adesão acrítica de seus públicos.

Nesse sentido, vale abordar algumas tendências teóricas do campo da Comunicação, com o devido aporte da Sociologia, que tratam dos fatores que condicionam o fazer jornalístico, tornando-o muito mais rígido e menos apegado aos

fatos propriamente ditos do que os leigos na área acreditam. Um conceito válido nesta perspectiva é o dos *gatekeepers* (selecionadores), desenvolvido a partir de 1947 por Kurt Lewin. Trata-se do indivíduo ou de um grupo que tem “o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação” (Apud Wolf, 2003: 184). Mauro Wolf defende que a seleção das informações, bem como a forma como são veiculadas, são um processo ordenado hierarquicamente e ligado a uma rede complexa de *feedback* (Ibdem: 186).

Wolf entende que o interesse do público, em última instância, tem relevância reduzida no contexto profissional-organizacional-burocrático que influencia a seleção e a formatação das notícias, prevalecendo a ingerência de fontes, anunciantes, colegas de trabalho e, obviamente, dos proprietários dos meios de comunicação. A explicação abaixo clarifica bem os critérios que determinam a filtragem no noticiário:

... o *gatekeeping* nos meios de comunicação de massa inclui todas as formas de controle da informação, que podem ser determinadas nas decisões sobre codificações das mensagens, a seleção, a formação da mensagem, a difusão, a programação, a exclusão de toda a mensagem ou de seus componentes (Donohue, Tichenor & Olien, apud Wolf, 2003: 186).

A partir da análise de Golding-Elliot, Wolf aponta para o fato que a autonomia profissional e a distorção da informação são “dois lados de uma mesma” moeda: “a perspectiva é muito mais radical do que a que, ao reconduzir toda a carência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente a pressões e influências explícitas externas, impede a apreensão do funcionamento da “distorção inconsciente”, ligadas às práticas profissionais, às rotinas de produção normais, aos valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar” (Ibdem: 189).

Na mesma linha está a teoria do *newsmaking*, que propõe o condicionamento do noticiário à cultura profissional do jornalista e à organização do trabalho e dos processos de produção (Ibdem: 194).

Dados os elementos das teorias do *gatekeeper* e do *newsmaking* cabe apresentar o questionamento de Golding-Elliot em 1979: “Qual a imagem do mundo passam os noticiários radiotelevisivos? Como essa imagem se correlaciona com as exigências cotidianas da produção de notícias nas organizações radiotelevisivas?” (Apud Wolf, 2003: 193).

Uma resposta pertinente pode ser inferida a partir da análise de uma pesquisa empírica elaborada pelo professor sueco Leon Barkho sobre como as emissoras BBC,

CNN e Al-Jazeera cobrem os eventos relacionados ao Oriente Médio – notadamente a invasão do Iraque em 2003 e o histórico conflito entre Israel e Palestina. Barkho desenvolveu seu estudo por meio de pesquisa linguística, comparando o noticiário produzido pelas gigantes do *all-news*, e também por meio de entrevistas com editores e análises dos manuais de redação das emissoras (*internal guidelines*) – com exceção da CNN, que não liberou o acesso ao documento por considerá-lo propriedade privada.

Foram muitos os achados de Barkho os quais, neste artigo, não cabe explorar. O mais pertinente no que diz respeito aos constrangimentos sofridos pelos jornalistas em seu trabalho de representar os eventos do Oriente Médio, está a rigidez com a qual as empresas controlam as mensagens transmitidas: o formato, o vocabulário e o enquadramento dos fatos são pré-estabelecidos. No fundo, cabe ao repórter adaptar aquilo que vê às regras determinadas previamente.

Vale citar alguns exemplos: os repórteres do canal em árabe da Al-Jazeera devem sempre contextualizar o noticiário com base em valores da religião islâmica – fê de 90% dos 300 milhões habitantes do Oriente Médio (Barkho, 2010: 75). A emissora, custeada pelo Reino do Qatar, tem como *slogan* “dar voz aos sem-voz” (*give voice to the voiceless*). Em 2003, foi acusada pelo secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld de ser porta-voz da al-Qaeda (Cohen, Maguire & Lines, apud Barkho, op.cit.: 7) – tanto que teve seus escritórios no Iraque e no Afeganistão bombardeadas.

De acordo com Barkho, a estratégia de comunicação da Al-Jazeera se deve ao fato de cerca de 40% da população árabe ser analfabeta, mas, ao mesmo tempo, muito ciosa de suas tradições históricas e culturais (Ibdem: 67). “Al-Jazeera has apparently given Arabs the chance to view their own culture with their own eyes. (...) A text’s significance is established by the way readers or listeners assimilate its context, by relating it to their history, culture, religion and tradition” (Ibdem: 71).

Mas o autor lembra o quanto essa orientação condiciona as coberturas. “When journalists, as members of institutions, have no choice but follow suit, both linguistically and socially, it is matter of objectivity and coercion” (Ibdem: 70). Algumas “coerções linguísticas” impostas aos repórteres são: referir-se aos homens-bomba palestinos como mártires; bem como às ações terroristas como sendo de resistência; tratar as sanções internacionais aos palestinos como embargo; e falar das prisões feitas pelos israelenses como sequestro (Ibdem: 141-144).

As gigantes ocidentais BBC e CNN também são rígidas nas imposições às coberturas de seus correspondentes no Oriente Médio. A BBC, por exemplo, banuiu o termo Palestina de seus noticiários, sempre tratando a área reivindicada pelos árabes como “territórios palestinos” ou “terra palestina”(Ibdem: 147 -149).

Quanto à CNN, Barkho, a partir da análise do noticiário, percebeu que as manchetes da emissora americana em seu *website* nunca colocam os Estados Unidos ou Israel como sujeitos ativos em ofensivas que acabam com mortes de civis. Em vez disso, constrói-se a mensagem colocando as vítimas no polo passivo. Exemplo: manchete do dia 7 de setembro de 2004, “Palestinians: 15 killed in air strike”. Além disso, não se economiza na emissora norte-americana o uso de termos como terroristas, insurgentes, extremistas e fundamentalistas (Ibdem: 79-81).

Há de se ressaltar que a mídia ocidental, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, sofre patrulhamento ostensivo de organizações estatais ou independentes de apoio a Israel, como o *Hasbará*, órgão de relações públicas do governo israelense; a *Anti-Defamation League (ADL)*, organização de judeus nos Estados Unidos que alega lutar contra o antissionismo; e a *The American Israel Public Affairs Committee (AIPAC)*, poderosa e influente organização de *lobby* pró-Israel nos meios políticos, acadêmicos e midiáticos norte-americanos.

Para Barkho, “in media firms like the BBC, CNN and Al-Jazeera, the causal effects of texts promoting, sustaining, and maintaining ideological Power is deliberate and intentional and the question of intent (...) is a crucial factor in the creation and dissemination of news discourse. The internal guidelines are written with a special intent and purpose in mind, which the Power holders, whether editorial or political, are anxious to see manifested” (Ibdem: 153). Por fim, vale a assertiva do pesquisador sueco sobre o impacto dessas imposições no trabalho dos jornalistas:

*... the role of journalists as individuals is receding in the three organizations and Will soon vanish because of the linguistic and social strictures imposed on their reporting. (...) The hegemonic and ideological practices of the three institutions are not natural and although journalists as observers feel the weight of the linguistic and social pressures exerted by their institutions, they are almost powerless to challenge them. (...) For journalists, the knowledge is imposed. (...) These institutions work linguistically and socially to impose their practices on their observers. It is not a matter of hegemony as consent for the observers. It is a matter of hegemony as coercion on the part of their employers. (Ibdem: 162).*

### 3.1.5 – O Ator Interventor

De todos os postulados teóricos categorizados na taxonomia proposta por Gilboa, o menos interessante é justamente o de “Ator Interventor”. Não que a proposta seja descabida. Mas porque está associada a um tempo em que os grandes âncoras, sobretudo da TV americana, tinham influência e ascensão sobre o mundo político, usando de sua credibilidade para atuar como facilitadores em imbrólios aparentemente intransponíveis em determinadas negociações.

Nesse sentido, transporiam as fronteiras de seu ofício de informar e passariam a atuar diretamente como espécies diplomatas *ad hoc* na condição de parte desinteressada nas conversações. De acordo com Georgie Geyer, tal concepção se deve ao fato de que muitos repórteres conseguiam acesso e entrevistar líderes políticos indisponíveis aos diálogos com a diplomacia, como Fidel Castro e Yasser Arafat (Apud Oliveira, 2010: 175).

Eytan Gilboa mostra desconfiança a tal conceito por crer que muitos jornalistas buscam nada além que legitimar seus produtos noticiosos ao buscar entrevistas com os grandes líderes mundiais. Para o pesquisador, o papel de mediador - *International political brokerage* - só pode ser considerado válido “Only when they debate with leaders of the other side, represent positions of their government, or suggest proposals to rivals to end a conflict or a crisis” (2002: 739).

Um caso emblemático que ilustra o conceito foi a atuação do âncora Walter Conkrite, lendário jornalista norte-americano e apresentador do programa *CBS Evening News* entre 1962 e 1982, nas entrevistas com o então presidente egípcio Anwar Sadat e o premiê israelense Menachen Begin no dia 14 de novembro de 1977. As entrevistas teriam sido decisivas para que, apenas seis dias depois, Sadat fizesse sua histórica visita a Jerusalém – passo decisivo para o acordo de paz entre os dois países que viria a ser consumado nas tratativas de *Camp David* em 1979 (Gilboa, 2002: 739).

Gilboa sustenta que, mais do que um diplomata, esses jornalistas, dado seu empenho e credibilidade, acabam catalisando negociações. “In an official interview, a series of questions and answers may create a diplomatic move or accelerate one that is already in the making” (Ibidem: 740). Portanto, o papel do repórter mediador estaria restrito ao estágio de pré-negociação, funcionando como uma “terceira parte” capaz

de ajudar na estruturação das bases de negociação minimamente aceitáveis entre as partes (Ibdem: 741).

Apesar de factível, a teoria esbarra, na atualidade, na ausência de jornalistas com o peso, independência e credibilidade de um Walter Conkrite para mediar as negociações como terceira partes.

### **3.1.6 – O *Media Diplomacy* e o papel instrumental dos meios**

O conceito de *Media Diplomacy*, base da noção de ator instrumental na taxonomia de Gilboa, trata dos usos que os líderes globais fazem dos meios de comunicação para avançar em negociações, para expressar confiança, para mobilizar apoio público para negociações (2002: 741) e, há de se acrescentar, para se legitimar perante a comunidade internacional. “In the absence of adequate direct channels of communication, or when one side is unsure how the other side might react to conditions for negotiations or to proposals for conflict resolution, officials prefer to use the media (...) to send messages to leaders of rival states and non state actors” (Ibdem).

Nesta perspectiva, Patrizia Laurano sustenta que os meios de comunicação são utilizados para articular e promover a política internacional, influenciando tanto o público quanto os formuladores políticos. Teriam, assim, um duplo papel: de um lado seriam instrumento de consenso e, de outro, canais privilegiados da comunicação política junto aos cidadãos e demais atores. (Apud Oliveira, 2010: 177).

Já Yoel Cohen acrescenta que a *Media Diplomacy* “inclui todos os aspectos da diplomacia pública onde a mídia está envolvida, bem como outros não associados com a diplomacia pública, incluindo o envio de sinais por parte dos governos através da mídia, bem como a utilização dos meios de comunicação como fonte de informação”(Apud Oliveira, 2010: 177-178).

Gilboa argumenta que esta “new diplomacy” é caracterizada por dois aspectos principais: exposição das negociações e conversações diretas entre líderes de alto nível. Cita a cobertura ostensiva de cúpulas e congressos internacionais como exemplo acabado da *Media Diplomacy*. Nessa perspectiva, a influência da mídia acarretaria em: banalização do papel dos embaixadores; quebra dos impasses diplomáticos e criação de um ambiente propício para a condução das negociações; e construção de um clima favorável para se fechar acordos (Apud Gilboa, 2002: 742).



O sucesso das negociações, como aponta Gilboa, nem sempre são assegurados pela cobertura ostensiva da mídia. Além disso, o pesquisador ressalta que “media events are fully controlled by politicians and officials who determine when, where, and how they are to be played out before the camera. The officials thus serve as the prime producers and directors of television coverage while journalists are reduced to more roles that are secondary and supporting” (Ibdem: 743).

O conceito de *Media Diplomacy* também é apropriado para se refletir acerca daquilo que Peterson chama de “new market of diplomacy” (2006 :745). Tal mercado seria estimulado pela necessidade de países periféricos criarem uma marca – *branding* - como forma de se legitimarem perante a comunidade internacional. “in essence, they were regarded as viable states simply because they were recognized internationally” (Ibdem: 735).

Exemplo neste sentido foi a ofensiva das petromonarquias do Golfo Pérsico para ganhar reconhecimento internacional após o movimento de independência do Reino Unido entre os anos 1960 e 1970. A transição de “pearls to petroleum, poverty to prosperity” (Crystall, 1989: 427) nestes países teve uma bem orquestrada ação midiática visando, sobretudo, o Ocidente, como ponto chave em sua estratégia de legitimação.

Especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, e de toda onda islamofóbica e anti-árabe que se seguiu, era crucial para países como os Emirados Árabes Unidos (EAU), o Qatar, o Bahrein e o Kuwait se descolarem dos estereótipos que poderiam comprometer sua estratégia de inserção internacional. Todos queriam deixar claro que estavam em consonância com os chamados *Standards Globais de Civilização*.

Desde então, especialmente EAU e Qatar passaram a vender com ainda mais volúpia sua “marca”, com uma identidade cosmopolita, pregando que “Arabness is chic and not backward” (Pinto, 2012 : 17). No período entre 2004 e 2011, conhecido como “momento do Golfo”, as petromonarquias deram um salto em suas ambições e na forma como se auto-avaliavam. Como pontua Pinto, deixaram de ser “seguidores” de outros países para tornarem-se eles próprios “modelos” para as demais nações árabes e para o mundo.

Os EAU venderam-se como um *hub* de negócios e turismo no Golfo (Ibdem) e projetaram, em sua carta constitucional de 2010, ser um dos melhores países do planeta e exemplo de respeito às mulheres no mundo islâmico . Já o Qatar vendeu-se

como uma metrópole pulsante, com grandes universidades, museus, *hub* de rotas para a Ásia por meio da Qatar Airways, e sediando importantes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2022.

Para vender as suas marcas, as petromonarquias usaram e abusaram da mídia, sediando eventos, conferências e competições esportivas com enorme apelo midiático. Sem contar o impacto da criação da Al-Jazeera e sua popularização no Ocidente especialmente a partir da cobertura da ofensiva israelense em Gaza entre 2008 e 2009 (Bakho, 2010: 128). Além disso, deve-se ressaltar a disponibilidade de grandes redes de TV como a própria *CNN* para vender espaços em sua programação transvertidos de “reportagens patrocinadas”, como aconteceu em benefício do Bahrein em pleno momento de ebulição naquele pequeno país durante a primavera árabe – fato denunciado pelo jornal britânico *The Guardian*<sup>7</sup>.

### **3.2 - Teorias Emergentes no campo das Relações Internacionais**

Esta parte do artigo pretende empreender um reflexão sobre a questão da cultura e da mídia na epistemologia das Relações Internacionais a partir da comparação de dois marcos teóricos emergentes neste campo acadêmico que há tempos está incorporado no arcabouço das teorias de Comunicação de Massa: Teoria Crítica e dos Estudos Pós-Coloniais. Tratam-se de vertentes com enorme potencial de ampliar os horizontes científicos da área internacionalista, incorporando temáticas como a identidade, a representação, o trauma, a produção de sentido, a emancipação social de grupos marginalizados, a desigualdade e, obviamente, a mídia como catalisadora de todos estes fenômenos.

A origem dos campos científicos é bem distinta. A vertente crítica nasceu a partir da instalação do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt, em 1924. Nascida com o intuito documentar e teorizar acerca da atuação dos movimentos operários europeus nos turbulentos anos entre guerras mundiais (Freitag, 2004:10), a entidade acabou sendo testemunha privilegiada dos eventos extremados que marcaram o período, derivando daí sua visão altamente pessimista das sociedades industriais a partir do diagnóstico do ocaso dos ideais iluministas.

---

<sup>7</sup> <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/sep/04/cnn-business-state-sponsored-news>

Já o Pós-Colonialismo deriva da produção e do ativismo de uma série de autores, em sua maioria, provenientes da “diáspora”, como define Start Hall (2003: 12). O movimento nasce a partir dos anos 1960 no campo da teoria literária, com a análise de narrativas alegóricas da identidade dos povos subalternos do então Terceiro Mundo. Tratavam-se de representações profundamente impactadas pela experiência colonial, que persistia latente na memória coletiva destas populações, submersa em meio a sociedade de países que alcançaram a independência formal, mas que tinham sua soberania limitada frente a uma configuração político-econômica assimétrica em favor das antigas metrópoles.

Ambas teorias são tributárias ao pensamento marxista, em que pese a busca pela superação do viés ortodoxo economicista que reduzia as análises às questões de classe e dos meios de produção – sem esquecer a crença no inevitável triunfo do comunismo. As duas escolas procuraram agregar questões que o pensamento clássico “marxista-leninista” não conseguia abarcar.

Os próceres de Frankfurt viveram o *crash* de 1929 e viram que, em vez do triunfo da classe trabalhadora, a crise profunda no capitalismo produziu fenômenos sociais aterradores como o fascismo e o nazismo (antisemitismo) – contemporâneos ao stalinismo totalitário na União Soviética. Em maioria alemães de origem judaica, experimentaram todo o ódio engendrado por um movimento político que inovou ao utilizar as modernas técnicas e tecnologias de comunicação de massa para disseminar sua doutrina colérica.

Viram no Holocausto a expressão inimaginável, incomensurável, de como a sociedade positivista, cientificista e industrializada havia desvirtuado os ideais de liberdade e emancipação do Iluminismo, utilizando-se da tecnologia e da disciplina racional para dominar e exterminar em massa.

Além da experiência europeia entre guerras, muitos dos intelectuais de Frankfurt foram viver nos Estados Unidos, onde experimentaram o capitalismo industrial massivo dos americanos, no qual os meios de comunicação jogavam um papel chave. Foi na Califórnia que Theodor Adorno e Max Horkheimer, entre 1942 e 1947, escreveram o clássico *Dialética do Esclarecimento*, no qual apresentam o conceito de “indústria cultural”: “a transformação do progresso cultural no seu contrário”(apud Wolf, 2003: 75).

Divertir-se significa concordar (...); significa sempre: não ter de pensar, esquecer a dor, inclusive quando ela é mostrada. Em sua base está a impotência. Com efeito, é uma fuga: não, como pretende, fuga da terrível realidade, mas do último

pensamento de resistência que a realidade ainda pode ter deixado. A liberação prometida pelo *amusement* é a do pensamento como negação. (Ibdem: 77 e 78).

A temporada americana, de acordo com Freitag (2004: 20 e 21), promoveu uma virada no pensamento dos dois intelectuais. “Até então, tanto Horkheimer quanto Adorno haviam mantido uma certa confiança na razão crítica, que se imporia no decorrer do processo histórico que gerou a modernidade(...) A onipotência do sistema capitalista, reificado no mito da modernidade, estaria, segundo essa nova análise, deturpando as consciências individuais, narcotizando a sua racionalidade e assimilando os indivíduos ao sistema estabelecido.”

O pessimismo extremado dos pensadores de Frankfurt, cuja expressão máxima é a dialética negativa de Adorno, quase levou o marco teórico a uma encruzilhada tautológica – que só viria a ser superada por Habermas, como se falará adiante.

Já o extremismo dos pós-colonialistas não deriva do pessimismo e sim do inconformismo de ver suas realidades excluídas da historiografia oficialista ocidental. A rejeição raivosa dos valores eurocêntricos de muitos autores era resultado de uma crise de representação – não se identificavam com a forma como eram descritos – e da necessidade to offer an alternative history centered on the experiences and resistance of the colonized, or the subaltern” (Abrahamsen, 2007: 113). É o que Bhabha descreve como sendo a imperativa busca pelo reconhecimento de “sua presença cultural”, rompendo a “barreira do tempo de um ‘presente’ culturalmente conluiado” (2005: 29).

... a democracia do novo internacionalismo é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos. (Ibdem: 25)

Para entender melhor o porquê dessa reação, muitas vezes virulenta, dos intelectuais subalternos, vale atentar para o pensamento de Stam e Shoat:

... os povos colonizados eram ridicularizados por não terem uma cultura e uma história porque o colonialismo, em nome do lucro, procurava destruir as bases materiais de sua cultura, assim como a memória de sua história. O racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo; o insulto ao acusado é acompanhado de um elogio ao acusador. O pensamento racista é tautológico e circular: somos poderosos porque estamos certos, estamos certos porque somos poderosos. Também é essencialista, a-histórico e metafísico, pois projeta a diferença através da temporalidade histórica: ‘Eles são todos assim, e assim continuarão sendo.’ (2006: 45)

Apesar da Teoria Crítica datar dos anos 1930 e do Pós-Colonialismo ter emergido nos anos 1960, tais tendências só adentraram o campo das Relações

Internacionais há cerca de 30 anos. Nogueira e Messari apontam o aporte de Frankfurt como das maiores contribuições alternativas à epistemologia internacionalista. Além de viabilizar a introdução de outras temáticas nesse campo de estudos, apresentou “uma crítica contundente à concepção realista das Relações Internacionais como política de poder e questionando a pretensão científica das teorias internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo” (2005: 132).

Se em outras áreas das Ciências Sociais a Teoria Crítica é contraponto aos postulados estruturais-funcionalistas, característica do Liberalismo, nas Relações Internacionais inspira questionamentos contra o cientificismo do Realismo, seu “positivist interest in understanding law-like regularities and predicting behaviour” (Linklater, 2007: 54) no cenário internacional.

O pensamento crítico não aceita a imposição de uma ordem externa (anárquica) imutável que constrange o comportamento dos estados de uma maneira similar. Muito menos a típica dicotomia realista entre Estado e sociedade civil – já que um seria resultado da influência mútua sobre o outro. Seguindo os postulados de Frankfurt, os pesquisadores acreditam que a rigidez, sem levar em conta o contexto histórico e material das nações, servia para perpetuar tal ordem, naturalizando visões morais subjetivas e, não raro, arbitrárias (Ibdem: 49).

O Pós-Colonialismo, que adentrou o campo internacionalista apenas nos anos 1990, ainda é encarado por muitos da área como uma “fraude” (Abrahamsen, 2007: 112), apesar de autores como Vilashini Coopan apontarem a teoria do Sistema Mundo de André Frank e Immanuel Wallerstein como inspiração marxista e científica da escola (2005: 81). Tal como a Teoria Crítica, rejeita os postulados positivistas que acabam por imobilizar as análises internacionalistas. Como diz Rita Abrahamsen, “postcolonial theory encourages a refocusing of IR, away from the traditional domain of states, militaries, and diplomacy, toward people, identities, and resistance” (Abrahamsen, 2007: 111).

Só que, mais que o questionamento dos postulados científicos, boa parte dos intelectuais pós-colonialistas radicalizam na ojeriza à epistemologia internacionalista por tê-la como expressão do eurocentrismo e do americanismo.

A disciplina de RI é vista como parte da ordenação colonial do mundo e a preocupação que diferencia essa perspectiva das demais é desnudá-la, evidenciando as relações de poder colonial que a constituem e abrindo espaço para a mudança. Nascida na Europa e consolidada principalmente nos Estados Unidos, ela é considerada uma fonte de discursos dos ricos e poderosos que fornecem visões de mundo do Ocidente e falham em capturar e refletir as

preocupações e os pontos de vista dos povos e países mais pobres e menos poderosos (Jatobá, 2013: 121).

Mas as duas perspectivas teóricas não comungam apenas perspectivas negativas acerca do campo das Relações Internacionais. E é justamente quando tornam-se propositivas que as duas teorias tornam-se complementares. No campo crítico sobressai-se, nesse sentido, o pensamento de Habermas e sua ética comunicativa, que recupera os postulados de emancipação de Kant ao propor uma democracia cosmopolita: “the promise of a global political system in which all persons and collectivities face each others as equals in form of open dialogue in which no one knows ‘who will learn from whom’ in advance. (...) Globalization turns the institutionalization of ideal of a universal communication community into a practical necessity” (Linklater, 2007: 53).

A formação da União Europeia é, para Habermas, a comprovação de que as nações podem entrar em acordo de forma civilizada por meio do diálogo na esfera pública comunicacional. Nem mesmo as consequências terríveis da crise financeira de 2008 o fizeram mudar de posição. Já os pós-colonialistas – assim como os teóricos críticos associados ao pensamento de Antonio Gramsci - se não advogam o paradigma da comunicação de Habermas, apostam numa guerra de posições no campo da produção de sentido (esfera pública) para fomentar um discurso contra-hegemônico que dê representatividade aos subjugados do mundo pós-colonial (Cox, 2007). Tal conflito se daria, principalmente, por meio do uso ostensivo dos meios de comunicação de massa, numa proposta semelhante à *Media Diplomacy* da forma como postulada por Wriston, já citado anteriormente.

Abrahamsen aponta que essa guerra de posições nos campos midiático, acadêmico e artístico promove internacionalmente o hibridismo advindo das relações coloniais, de seu impacto psicológico e cultural, que também representa “the failure of colonial power to fully dominate its subjects, and shows their creativity and resilience” (2007: 117). Para a autora, “hybrid identities can engender new forms of being that can unsettle and subvert colonial authority” (Ibidem: 118). No limite, intelectuais como Manzo acreditam que é função do Pós-Colonialismo corrigir a perspectiva europeísta do humanismo, tornando-o de fato universal (humanismo crítico) (apud Nogueira e Messari, 2005: 228).

O impacto maior de ambas as teorias no campo internacionalista foi o de incomodar, tirar da zona de conforto, os que perseguiam fórmulas estanques para analisar as relações globais. Também têm o mérito de abrir espaço para questões outras não abarcadas pelos marcos teóricos tradicionais, incluindo atores que outrora eram ignorados. Mas, evidentemente, ainda há um caminho longo para tais perspectivas se legitimarem perante as mentes mais conservadoras da área, sobretudo as ligadas ao Pós-Colonialismo, cujo engajamento acerca das representações e dos discursos são apontados como “irrelevantes” no que tange às questões de fundo envolvendo a assimetria entre as nações (Linklater, 2007:120).

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edward Snowden, Bradley Manning e as revelações que desnudaram o *modus operandi* da política externa norte-americana; o fenômeno Wikileaks; os usos das redes sociais durante as rebeliões da Primavera Árabe no Oriente Médio, do movimento dos indignados na Espanha e do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos; a *Mídia Ninja* e as novas narrativas jornalísticas surgidas durante os protestos de junho de 2013 no Brasil; o novo cinema israelense que questiona incisivamente as políticas do estado sionista contra as populações palestinas; o documentário enquanto alternativa ao discursos do *mainstream* midiático; o império do magnata midiático Rupert Murdoch, suas relações umbilicais com o *Tea Party* norte-americano e com o *establishment* político britânico – Tony Blair; o escândalo que levou ao fechamento do centenário jornal *News of the World*, de propriedade do mesmo Murdoch, em função de práticas de espionagem ilegal – isso acontece no Brasil?; a atuação virulenta e os assassinatos de reputações por parte da mídia latino-americana, capitaneada pela *Sociedad Interamericana de Prensa* (SIP), órgão sediado em Miami, com o intuito de deslegitimar o processo político em nome de interesses inconfessáveis....

Eis alguns poucos exemplos de eventos-fatos-fenômenos de grande impacto internacional que tiveram na mídia seu catalizador, ou meio de propagação ou mesmo protagonista. Tratar dos meios de comunicação no âmbito na perspectiva internacionalista é mais que uma necessidade – é um caminho sem volta. O aporte que os marcos teóricos da comunicação social tem a dar às Relações Internacionais ainda há de se consolidar. Mas sua presença no campo é inexorável, sobretudo por

proporcionar perspectivas e ferramentas metodológicas suplementares aos marcos teóricos tradicionais na epistemologia internacionalista.

Como assevera Emidio Diodato (Apud Oliveira, 2010: 156), a mídia funciona tanto enquanto ator como espaço de ação para os demais atores na perspectiva internacional. Ela interage com os outros partícipes e influencia decisivamente a dinâmica do sistema geopolítico, transformando-se em instrumento da política mundial para aqueles que controlam-na ou lhe tem acesso privilegiado. Mesmo sem compartilhar do mesmo otimismo de Habermas, há de se considerar a existência de uma esfera pública internacional onde a mídia detém um protagonismo que não pode mais ser ignorado ou minimizado pela academia internacionalista.

## 5 – BIBLIOGRAFIA

Abrahamsen, Rita. **Postcolonialism**. In Griffiths, Martin (ed). **International Relations Theory for Twenty-First Century: An Introduction**. New York: Routledge, 2007.

Arrais, César Henrique. **Valsa com Bashir: Subjetividade, Memória e Geopolítica no Documentário Contemporâneo**. Brasília: UnB, 2012. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade de Brasília.

Bhabha, Homi K. **O Local da Cultural**. Tradução de Myriam Ávila, Elena Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

Barkho, Leon. **News from BBC, CNN and Al-Jazeera – How the three broadcasters cover the Middle East**. New Jersey: Hampton Press, 2010.

Barsam, Richard M. **Non-Fiction Film – A Critical History (Critical and Expanded)**. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

Carvalho Pinto, Vânia **From follower to role model: studying the variations to the UAE's self-image**. Paper presented at the *International Workshop: Rethinking the Republic-Monarchy Gap*. University of Marburg, 20-21 Sept. 2012 (Unpublished).



Cooppan, Vilashini. **The Ruins of Empire: The National and Global Politics of America's Return to Rome.** In Loomba, Ania et. al. (ed). **Postcolonial Studies and Beyond.** Durham and London: Duke University Press, 2005.

Cox, Robert. **Gramsci, hegemonia e Relações Internacionais.** In Cox, Robert; Sinclair, Timothy. **Approaches to World Order.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007 (1983).

Crystal, Jill. **Coalitions in Oil Monarchies: Kuwait and Qatar.** *Comparative Politics*, vol. 21, No. 4, 1989, pp. 427-443.

Ferro, Marc; tradução Flávia Nascimento. **Cinema e História.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Freitag, Barbara. **A Teoria Crítica Ontem e Hoje.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

Gilboa, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy.** *Journal of Communication.* Volume 2, número 4: Dezembro de 2002.

Hall, Stuart. Solik, Liv (org). **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

Hobsbawn, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Jatobá, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

Linklater, Andrew. **Critical Theory.** In Griffiths, Martin (ed). **International Relations Theory for Twenty-First Century: An Introduction.** New York: Routledge, 2007.

Livingston, Steven. **Clarifying The CNN Effect.** Research Paper R-18. Cambridge: Harvard University John F. Kennedy School of Government, 1997. Disponível em <http://www.genocide-watch.org/images/1997ClarifyingtheCNNEffect-Livingston.pdf>. Acesso em 15/12/2013

Marinucci, Raquel Boing. **Relações Internacionais e mídia**. Revista Universitas Relações Internacionais.: volume 6, número 1, 2008. Disponível em <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/articloe/view/836>. Acesso em 15/12/2013.

Miguel, Luis Felipe. **Os Meios de Comunicação e a Prática Política**. Lua Nova Revista de Cultura e Política. Números 55-56, 2002, pp. II 27-40

Nogueira, João & Messari, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Oliveira, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do *soft power* frente aos desafios da mudança climática**. Florianópolis: UFSC, 2010. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Peterson, J.E. **Qatar and the World: Branding for a Micro-State**. *Middle East Journal*. Vol. 60 (4), 2006, pp. 732-748.

Shaheen, Jack. **Reel Bad Arabs: How Hollywood vilifies a people**. Northampton: Interlink Books, 2009.

Saraiva, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Shoat, Ella & Stam, Robert; tradução Marcos Soares. **Crítica da Imagem Eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Wolf, Mauro. **Teoria das Comunicações de Massa**. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.